Monitor Mercantil

ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

26 de agosto de 2026 ● Ano CVII ● Número 30.170

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00

INSTITUCIONALIZAÇÃO NO SÉCULO 21

A formação das instituições e das estruturas de poder em 500 anos. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

QUEM PAGA A CONTA DA IA?

Próxima etapa está sendo medida em outra unidade: bilhões de dólares. Por Gabriel Almeida Gomes, **página 4**

IA TEM MESMO RIGOR DAS FINANÇAS

Conselhos de administração assumem as rédeas diante da importância e dos riscos. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Desdolarização é possível? Dólar perde importância

Por Andrea Penna, especial para o Monitor

Em entrevista ao **Monitor Mercantil**, o doutor em Economia Paulo Kliass analisa a tendência histórica, ao longo das últimas quatro décadas, de perda da importância do dólar, movimento que se reforçou especialmente na última década.

Apesar dessa tendência, na esteira da perda da hegemonia dos Estados Unidos, a criação de uma moeda única ou de uma cesta de moedas ainda vai demorar um certo tempo, analisa Kliass, membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal.

"Isso não implica que o dólar tenha deixado de perder importância. Ele continua perdendo importância, ele só não está perdendo importância para uma cesta de moedas, mas para uma prática em que os países, nas relações bilaterais, deixam de usar o dólar como moeda denominadora e passam a intercambiar na moeda entre os dois países", ressalta.

Kliass acrescenta que a China, aparentemente, um dos países mais interessados na desdolarização, ao que tudo indica, está muito cautelosa.

A desdolarização é possível?

A primeira abordagem, um pouco mais estrutural, de médio de longo prazo, diz respeito à perda da hegemonia dos Estados Unidos na dinâmica da economia global, da economia mundial. À medida que os Estados Unidos perdem espaço, no cenário econômico do mundo, o que acontece é que também a sua moeda, o dólar, passa a perder também importância.

Quer dizer, o dólar deixa de ter aquela preponderância que sempre teve, desde o Acordo de Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial, com a reorganização do capitalismo em termos planetários, e isso ainda é reforçado ao longo desse período, em 1970, quando você tem a presidência do Richard Nixon, e com ele, a falta de compromisso dos Estados Unidos com o padrão ouro.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/desdolarizacao-e-possivel-dolar-segue-perdendo-importancia

Empresas do mercado financeiro faturam 3x mais que de serviços

Faturamento médio das empresas é de R$ 402 mil

Estudo da Serasa Experian revela que o mercado Financeiro, apesar de representar apenas 1,5% das empresas analisadas, apresenta o maior faturamento médio, de R$ 927,2 mil — quase três vezes o registrado por Serviços (R$ 332,7 mil). O Primário e o Comércio também ficam acima da média geral, com R$ 582,7 mil e R$ 567,3 mil, respectivamente. Já a Indústria registra média de R$ 389,4 mil, e o Terceiro Setor, de R$ 286,7 mil.

O levantamento mostra que o setor de Serviços concentra a maior parcela das empresas brasileiras, entretanto apresenta faturamento médio abaixo da média geral. Segundo o levantamento, 63,1% das empresas analisadas pertencem ao segmento e faturam, em média, R$ 332,7 mil, valor cerca de 17% inferior à média da base, de R$ 402,1 mil.

De acordo com o estudo, há forte concentração de empresas nas menores faixas de faturamento. Ao todo, 63,4% faturam até R$ 300 mil por ano, enquanto 12,1% estão na faixa entre R$ 300 mil e R$ 500 mil, 13,6% entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão e 10,9% entre R$ 1 milhão e R$ 4,8 milhões.

"Estimar o faturamento real das empresas brasileiras ainda é um dos grandes desafios para quem concede crédito, especialmente diante da diversidade de setores e estágios de maturidade que esse estudo evidencia. Entender como as particularidades de cada negócio — como o setor de atuação — impactam no seu faturamento ajuda credores a calibrar suas análises de forma mais precisa. É essa robustez de dados e informações que o novo modelo de Faturamento PJ traz", explica Viviane Moura, diretora de serviços de crédito da Serasa Experian.

O tempo de atuação também revela diferenças importantes no faturamento das empresas. Entre os negócios com até seis meses de existência, a média é de R$ 116,9 mil e aumenta progressivamente conforme avança a maturidade empresarial, chegando a R$ 858,5 mil entre aqueles com mais de 20 anos. Na comparação entre os dois extremos, empresas com mais de duas décadas de atuação faturam, em média, mais de sete vezes o registrado pelos negócios mais jovens.

Essa relação também aparece na composição das faixas de faturamento. Entre as empresas que faturam até R$ 60 mil, 37,7% têm até seis meses de existência. Já entre aquelas que faturam de R$ 1 milhão a R$ 4,8 milhões, essa participação cai para 1,1%, enquanto 19,7% possuem mais de 20 anos de atuação.

Ricardo Stuckert/PR

Brasil e EUA retomam negociação sobre tarifaço na próxima segunda-feira

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, e o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, vão se reunir na próxima segunda-feira (31), às 14h30, no horário de Brasília. O encontro será virtual e foi confirmado pelo ministério à Agência Brasil.

A retomada das tratativas foi acertada durante telefonema entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, ocorrido na última sexta-feira (21). A conversa durou cerca de uma hora e 20 minutos e, segundo o Palácio do Planalto, ocorreu de forma cordial. Os dois líderes abriram um novo canal de diálogo entre Brasília e Washington em meio à disputa comercial provocada pelas tarifas impostas pelo governo estadunidense sobre produtos brasileiros.

Durante a ligação, ainda de acordo com o Planalto, o presidente brasileiro defendeu a retomada das negociações comerciais e afirmou que as justificativas apresentadas pelo governo norte-americano para a adoção das novas tarifas são infundadas.

Entre os argumentos utilizados pelos Estados Unidos para fundamentar as medidas estão questões relacionadas a desmatamento, acordos preferenciais, propriedade intelectual, combate à corrupção, Pix, etanol e importações de produtos associados a trabalho forçado.

Arrecadação federal tem alta de quase 7% no ano

Beneficiada pelo crescimento da economia e por aumentos recentes de tributos, arrecadação federal alcançou R$ 289,3 bilhões em julho de 2026, segundo dados divulgados pela Receita Federal nesta terça-feira. O resultado representa uma alta de 8,97% acima da inflação em relação ao mesmo mês de 2025, com recorde para o mês.

No acumulado de janeiro a julho, o Governo Federal arrecadou R$ 1,876 trilhão. Ao descontar a inflação do período, o crescimento real foi 6,98% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Entre os principais fatores apontados pela Receita para o desempenho estão: aumento da arrecadação da contribuição para a Previdência Social; crescimento das receitas com PIS/Cofins, que refletem o aumento das vendas; alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do capital; avanço da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), imposto pago pelas empresas; e aumento da CSLL, contribuição sobre o lucro das empresas.

A arrecadação federal vem registrando sucessivos recordes mensais desde o ano passado. Em 2025, o Governo Federal elevou a tributação sobre diferentes operações com o objetivo de reforçar as receitas e contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Entre as medidas adotadas estiveram mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e na tributação de bets e fintechs.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1477
Dólar Turismo	R$ 5,5079
Euro	R$ 6,0105
Iuan	R$ 0,7662
Ouro (gr)	R$ 772,12

ÍNDICES

IGP-M	
	-1,16% (julho)
	-0,50% (junho)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,25%
Hot Money	0,63%

Ines249

Institucionalização no século 21: conceitos e uma síntese histórica

Por Pedro Augusto Pinho

Institucionalização tem, nesta série de artigos, o sentido político-administrativo da construção de órgãos hierarquizados, para que o poder possa exercer sua autoridade e obter os resultados preconizados. Vê-se, portanto, que institucionalizar traz um conteúdo cultural e, logo, não constitui uma regra universal de estruturação das nações nem de quaisquer organismos política e administrativamente organizados.

Assim compreendida, uma democracia não será obrigatoriamente composta por três poderes independentes e harmônicos.

Ao longo da história, variando de acordo com o país e/ou continente, a institucionalização passou por diversos modelos que atendiam aos estágios civilizatórios e aos poderes dominantes. Hoje, o mundo contém pouco menos de 8 bilhões de pessoas, majoritariamente concentradas na Ásia, com 60%, seguida pela África, com 17%, e pelas Américas, com 13%. Os 10% restantes estão na Europa, com cerca de 740 milhões de habitantes, e na Oceania, com 40 milhões.

A Europa, que dominou o mundo pelos últimos quatro séculos, não se conforma com o protagonismo asiático, donde atribuímos ser uma das fontes das diversas guerras que vêm ocorrendo neste século 21.

Resolvemos adotar, para o início da síntese histórica, um momento significativo para o mundo: o fim da Idade Média, definido pela Queda de Constantinopla (atual Istambul) para o Império Otomano (turcos), em 1453, e pela viagem de Cristóvão Colombo às Américas, em 1492, incorporando um novo continente ao mundo de então.

Mas esses eventos resultaram de diversas crises pelas quais passava a Europa nos últimos anos da Idade Média, que destacamos:

Fome: provocada pela mudança climática conhecida como "Pequena Idade do Gelo", que levou às quebras de safra entre 1315 e 1317;

Peste: a peste bubônica trazida por navios comerciais vindos do Oriente através do Mar Negro, que eliminou cerca de um terço da população europeia entre 1347 e 1351; e

Guerra: entre 1337 e 1453, envolvendo a França e a Inglaterra, conhecida como Guerra dos Cem Anos, na qual a pólvora, invenção chinesa, foi utilizada, alterando as estratégias militares. Os combates devastaram áreas agrícolas e drenaram os recursos financeiros dos dois reinos.

Por fim, mas não menos importante, foi o início da Reforma Protestante, em 1517, quebrando o domínio do catolicismo, ao longo de quase 500 anos, na Europa, e da ação de seus missionários, que pregavam e convertiam habitantes da África e da Ásia à fé católica.

Síntese até o século 20

Iniciemos esta síntese pela África, berço da humanidade. Em 1500, a presença colonial no território africano se limitava a entrepostos comerciais e fortes costeiros portugueses: o forte de São Jorge da Mina, na atual Gana, e feitorias na Senegâmbia, onde hoje existem os Estados do Senegal e da Gâmbia, partes da Guiné-Bissau e áreas periféricas da Mauritânia, Mali e Guiné. Na Senegâmbia do século 16, existiam reinos como o Império Jolof, o reino Kaabu e os reinos dos povos Wolof, Sereer e Tukulor.

Pela África, existiam, ao norte, o Sultanato Mameluco do Egito, que seria conquistado pelo Império Otomano em 1517, o Reino do Marrocos e territórios otomanos, como os dos berberes do Magreb. Na África Ocidental, o Império Songhai, o Mali, o Kanem-Bornu, o Benim, além do já citado Wolof ou Jolof. Na costa oriental, o Império Etíope, o Sultanato de Adal, na atual Somália e no Chifre da África, e, na África Central e Austral, o Reino do Congo e o Império Mutapa.

Analúcia Danilevicz Pereira, no capítulo "África pré-colonial: ambiente, povos e culturas" (in Paulo Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Pereira, *História da África e dos Africanos*, 2012), escreve que "a história do continente africano é, geralmente, construída de fora para dentro, com base nos interesses que buscaram (e buscam ainda) dominar a África e os africanos, mas também por culpa dos africanos que se espelham e vivem à imagem dos povos que os dominaram, sem referência ao seu passado histórico".

Se Analúcia Pereira trata dos Impérios e grandes Reinos, Basil Davidson (*À descoberta do passado de África*, original em inglês, 1978) questiona sobre a "Dignidade do Homem", nos "pequenos Estados, comunidades aldeãs, os povos de diminuto poder, que não tinham reis nem exércitos, cidades ou governos, que pareciam atrasados e selvagens aos visitantes europeus".

E acrescenta Basil Davidson: "Na qualidade do seu pensamento e sua crença, estas comunidades aldeãs muitas vezes revelavam, mais do que os reinos fortes, um respeito pelo que era bom na vida e uma condenação do que era mau. Tinham firmes convicções sobre a igualdade humana e a necessidade de tolerância pacífica entre vizinhos".

Por pouco mais de uma década, o autor desta série trabalhou em diversos países africanos, da costa leste e do lado do Oceano Índico. E nossa percepção e conclusão são as mesmas de Basil Davidson: se o sertanejo de Euclides da Cunha é, antes de tudo, um forte, o africano é, antes de tudo, um ser solidário e pacífico. Daí a facilidade com que os belicosos europeus fizeram da África um continente de escravos.

Na passagem da África e da Europa para a Ásia, encontrava-se, por volta do século 16, o Império Otomano. Na África: onde hoje estão o Egito, a Líbia, a Tunísia e a Argélia. Na Europa: a região dos Bálcãs, Grécia, Hungria, Bulgária, Romênia, Crimeia (Rússia) e chegava até a Áustria. E, na Ásia: toda a Anatólia (atual Turquia), Mesopotâmia (atual Iraque), Síria, Israel, Líbano, Jordânia, o Cáucaso e grande parte da Península Arábica.

Na Ásia, destacamos a Pérsia, com a Dinastia Safávida; a Índia, com o Sultanato de Deli e o Império de Vijayanagara; a Tailândia, com o Reino de Ayutthaya ou de Sião; o Sultanato de Málaca; o Império Mongol; e, no Japão, o período de guerras que durou dos séculos 15 a 17, o "Sengoku"; e, na Coreia, a Dinastia Joseon. Na China, a Dinastia Ming.

A Dinastia Ming (1368–1444) exerceu forte influência cultural, tecnológica e confucionista na Coreia (Dinastia Joseon), no Vietnã, nas ilhas de Ryukyu (hoje Okinawa), no Sião (Tailândia), em Java e outros sultanatos do Sudeste Asiático, além de aspectos militares e comerciais. Ela recupera para a etnia "Han" o poder governamental da China.

O poder dos mongóis, dinastia Yuan, foi-lhes tirado, após quase um século, pelo camponês Zhu Yuanzhang, que denominou "Ming", cujo significado é "esplendor", sua dinastia. "Han" e mongóis se alternavam na governança da China por cerca de 500 anos.

Foi neste período que a China entrou em contato com os estrangeiros, no que foi seguida pela Dinastia Qing, fundada por mongóis. Para a Europa, foi fundamental este contato, que lhe forneceu a desejada porcelana azul e branca, cuja confecção os europeus tentaram inutilmente produzir, além da seda, do chá, criando o hábito de consumo na Inglaterra e na Holanda, de objetos laqueados e do que os levou às Américas: a pólvora, armas de fogo, bússola náutica, além de conhecimentos sobre astronomia, medicina e organização, principalmente levados por missionários católicos, como Matteo Ricci, que fizeram história.

O primeiro país europeu a fazer contato foi Portugal, o que explica seu protagonismo nas grandes navegações dos séculos 15 e 16, juntamente com espanhóis e holandeses.

Muitas vezes, o caráter político dos Ming é denominado "absolutismo Ming", mas afirma o historiador britânico John Anthony G. Roberts (*A History of China*, 1999) que "esta tendência autoritária já era patente durante o período Song, dos Han, entre 960 e 1279, tendo progredido bastante com os mongóis, que a sucedeu".

Ainda de J. A. G. Roberts, na obra citada, há a importante participação dos eunucos, que transcrevemos: "Outro aspecto da governança Ming foi a assunção dos eunucos. Como nenhum homem não castrado, excetuando o Imperador, podia entrar no harém imperial, os eunucos tinham um acesso privilegiado ao imperador, exercendo influência considerável. Apesar das restrições explícitas, os eunucos, com seus emissários, construíram uma governança, principalmente quando os imperadores ainda eram crianças, o que ocorreu em oito dos onze imperadores entre 1435 e 1644".

"Os eunucos exploravam a sua posição em detrimento da burocracia, o que tornou possível governanças corruptas e opressoras, além da fraude dos registros oficiais".

Foi durante os Ming que uma elite burocrática, funcionários e eruditos, passou a atuar não apenas na burocracia da corte, mas na economia e no comércio chinês. Esta elite era constituída de proprietários de terra, com educação e um repertório de estratégias que lhes garantiu o poder.

A dinastia que sucedeu a Ming foi a de origem mongol Qing. Ela teve início regional e, a partir de 1644, se tornou nacional. Ao todo, teve 12 Imperadores até a República, em 1912. Discorreremos sobre o fim dos Qing, quando surge o sentimento antimanju como se o interesse nacional chinês não mais prevalecesse.

Este sentimento surge com as "Guerras do Ópio", 1839–1842 e 1856–1860, nos governos de Daoguang (1820–1850) e Xianfeng (1850–1861). Embora tivesse a participação francesa, a motivação central foi o desejo britânico de manter o lucrativo comércio de ópio, enquanto o governo chinês tentava proibir a droga para conter a grave crise de saúde pública.

Retomemos as considerações do historiador J. A. Roberts, às quais adicionaremos aquelas do doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Fernando Cauduro Pureza (*História da Ásia*, 2023).

Até meados do século 19, os povos que viviam no que hoje chamamos de China acreditavam que aquele era o "Reino do Meio", ou seja, o centro do mundo, como indicam os dois pictogramas que o formam: "zhong", meio, e "guó", país ou reino.

Há diversas referências ao "mandato celestial" dos Imperadores. Mas como uma sociedade confuciana, materialista, pode tratar de um poder celeste? Porque "Tian", o Céu, não era uma divindade consciente nem um reino espiritual. Ele significava a natureza material e o conjunto de leis físicas e impessoais do cosmos.

O Céu e a Terra são formados pela mesma energia material primordial, o "Qi" (sopro/energia vital). O Céu é a manifestação "yang" (ativa, leve), e a Terra é "yin" (receptiva, pesada). A interação mecânica dessas duas forças produz todas as coisas e fenômenos naturais. E mais: como o Céu é apenas a natureza, ele não dita diretamente a moralidade humana.

Tratemos agora do subcontinente indiano. Ao contrário da China, aqui proliferaram religiões e misticismos: hinduísmo, sikhismo, jainismo e o budismo, que, não tendo Deus ou deuses, pois é mais uma filosofia de vida, tem uma estrutura religiosa em sua propagação e prática.

Neste subcontinente e no período analisado, encontraremos o Sultanato de Delhi (1206–1526), o Império Vijayanagara (1336–1652), o Sultanato de Bengala (1352–1576), mas houve diversas estruturas político-administrativas de nível local, governadas pelos "nawab", ou "nababos". No período 1526–1857, a Índia foi governada pelo Império Mongol, que consolidou o islamismo, hoje presente em Bangladesh, no Paquistão e no Afeganistão, além da própria Índia.

A história da Ásia, como a da África e das Américas, é uma história da ocupação europeia. Basta ver os idiomas oficiais dos países existentes no mundo, ao fim do século 20: 68 tinham o inglês, 28 o francês, 21 o espanhol, dez o russo e sete o português, totalizando 134. Se considerarmos os 22 que têm no árabe seu idioma oficial, restam apenas países asiáticos para compor a Organização das Nações Unidas (ONU), com 189 países, ou o Comitê Olímpico Internacional (COI), com 199.

Mas apenas 31 países dispõem de energia nuclear, a mais importante fonte de energia neste século. Pode-se, então, afirmar que o mundo de hoje foi uma construção europeia, ao longo de 400 anos (1600–1900), impondo suas vontades pela força das armas e pelas doutrinações ideológicas, onde a religião teve lugar de destaque.

A expectativa atual está na Ásia, mais precisamente na República Popular da China, que construiu um modo próprio de existir, não para ser copiado, mas para mostrar que a soberania, a autonomia decisória de um povo, é possível e que as nações devem lutar por ela.

*Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.*mais cresce no mundo, a China, devem ser substituídos por um Executivo forte, estruturado pela participação de todo o país nos limites de suas compreensões.

Mas seria essa a compreensão que a instrução ocidental permite?

Como eleger um senador se não se tem a mínima noção do que se pode esperar dele? Nem mesmo os próprios candidatos ao Senado Federal, em número expressivo, o sabem.

A sinóloga francesa Anne Cheng, em *Désorienter la Chine* (2025), reflete sobre a escrita chinesa e a necessidade de desmistificar uma quantidade de preconceitos que o mundo não asiático tem a respeito da China e que são aproveitados pelos poderes ocidentais, entre outras razões, para não reconhecerem que a China reconquistou o poder que teve na Idade Média europeia.

Mas Anne Cheng coloca o problema do futuro: é o modelo de um só partido consequência do modelo imperial chinês ou do sovietismo e do estalinismo, bem mais próximo? Ela se propõe a continuar estudando, com a crença de que 5 mil anos de civilização são um ativo permanente.

No entender deste articulista, o mais relevante passo para o futuro do Brasil e, de modo geral, de todo o Ocidente, é o Estado recuperar o poder que o fez crescer industrialmente. No Brasil, este passo deve ser entendido como uma nova Era Vargas, digital e virtual.

Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Ines249

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

IA passa a ter mesmo rigor das finanças

Como esta coluna tem comentado, o sucesso da implementação da inteligência artificial em empresas depende de uma boa governança. A IA deixa de ser uma pauta técnica e isolada dos departamentos de TI para se transformar em uma responsabilidade fiduciária direta dos conselhos de administração.

André Ditomaso, da consultoria especializada Marlabs, comenta que o medo de ficar para trás na corrida da inteligência artificial levou conselhos a assumirem diretamente discussões antes restritas às áreas de tecnologia. A preocupação agora envolve responsabilidade jurídica sobre decisões automatizadas e possíveis impactos financeiros causados por falhas em modelos de IA.

De acordo com André, o deslocamento da pauta para os conselhos expõe uma linha tênue entre inovação e vulnerabilidade. "Quando o board começa a ter medo da IA, é porque a empresa já está atrasada. A presença da inteligência artificial nos conselhos de administração não deve ser interpretada como um mero sinal de maturidade tecnológica. Pelo contrário: é o sinal de que a IA se tornou um risco de negócio que nenhum board pode ignorar."

183 anos do IAB

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) – a mais antiga entidade jurídica das Américas – comemora 183 anos neste mês. Criado por D. Pedro II e presidido por Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, o IAB foi fundado em 1843 como consequência da criação dos cursos jurídicos no Brasil e do exercício da advocacia em nosso País.

Atualmente, o IAB corresponde à Academia da Advocacia, sendo espaço dedicado à cultura e ao debate dos grandes temas nacionais, bem como de defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

O IAB nasceu tendo como principal objetivo a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, o que ocorreu em 1930. Coube ao advogado Levy Carneiro, então presidente do IAB, o exercício da primeira presidência da OAB.

A comemoração ocorrerá nesta quarta-feira, às 16h, na sede histórica do IAB, no Rio de Janeiro. Na sessão comemorativa, conduzida pela presidente nacional do Instituto, Rita Cortez, será exibido o documentário *A Palavra em Ação*, de Alexandre Pena, sobre a trajetória do ex-senador Bernardo Cabral.

Rio Indústria em nova fase

A Rio Indústria, associação fundada em 2020 com o objetivo de representar e fortalecer o setor produtivo fluminense, anuncia o encerramento de suas atividades institucionais. Como parte desse processo, a marca Rio Indústria será cedida à Firjan, que fortalecerá o diálogo com o setor produtivo e conduzirá uma agenda integrada de desenvolvimento econômico, competitividade e geração de empregos no Rio de Janeiro.

Rápidas

Nesta sexta, 20h, o evento Movimenta Noroeste, do Sebrae RJ, receberá Bruno Gonçalves. Conhecido como Bruno Uau, ele trará aos empresários da região uma visão pragmática sobre negócios: a felicidade e o bem-estar não são conceitos abstratos do RH, mas sim o motor central que impulsiona vendas, fidelização e saúde financeira *** O Multicenter Itaipu (Niterói, RJ) realiza, neste sábado, Feira de Adoção Pet, das 15h às 18h *** A quem pertence uma invenção criada por um trabalhador durante o contrato de trabalho? Essa é 1 das questões centrais abordadas em *Criações no Trabalho*, livro do advogado Mauro Dibe.

Era Vargas: as transformações mais relevantes em toda a história do país

Filme e debate celebram homenagem a Getúlio Vargas

No último domingo (23), a Comunicação do Museu da República promoveu, no Palácio do Catete, a exibição do documentário longa-metragem *Vargas, a transformação do Brasil*, dirigido pelo jornalista Beto Almeida, seguida de debate que se transformou em emocionada homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas, por ocasião de seu martírio, destinado a preservar todas as conquistas econômicas e sociais registradas durante a chamada Era Vargas. Nesta terça-feira (24), completaram-se 72 anos da morte do presidente.

Almeida abriu o debate confessando ter feito um filme em que faz a defesa intransigente da Era Vargas, quando foram realizadas as transformações sócio-econômicas mais relevantes em toda a história do país, com o Brasil superando a condição de ser um país agrário para dar início a uma industrialização reconhecida mundialmente, sendo a economia brasileira, a que mais cresceu no cenário internacional, no período compreendido entre 1930 e 1980, que os economistas convencionam chamar de Era Vargas.

"O Brasil não apenas conquistou o voto secreto, mas também o voto feminino em 1932, muito antes da França que se autoconsiderava vanguarda nos direitos humanos, mas só no pós-guerra, em 1946, reconheceu às mulheres francesas o direito ao voto", disse Almeida.

Ele lembrou que somente com o impulso transformador gerado pela Revolução de 1930, de cunho nacional-trabalhista, foi possível gerar desenvolvimento, industrialização e, também, direitos laborais e sociais de grande envergadura, e que até hoje continuam vigentes como agenda política nacional.

"Ou será que não está na ordem do dia a re-nacionalização da Petrobras para que o novo petróleo descoberto na Margem Equatorial, no Amapá, seja, de fato, um passaporte para o futuro para todo os brasileiros, o que não se concretizou com o petróleo do pré-sal, descoberto em 2006? Ou será que não é indispensável reestatizar a Eletrobras?" disse o documentarista, respondendo indagações do público que lotou a Sala Silvio Tendler no Palácio do Catete, hoje Museu da República, que foi sede da Presidência e local onde Vargas cometeu suicídio.

Ainda respondendo sobre a atualidade da Era Vargas, Beto Almeida mencionou a Auditoria da Dívida Externa realizada, reduzindo-a vigorosamente, permitindo o investimento na expansão dos direitos sociais e previdenciários, ao mesmo tempo em que o exemplo brasileiro no enfrentamento com os banqueiros internacionais foi seguido por outros nove países latino-americanos.

"Hoje, o governo paga R$ 1,1 trilhão pelos juros da dívida pública aos banqueiros, esterilizando recursos que deveriam estar sendo investidos na instalação de ferrovias em todo o país, na construção massiva de moradias populares para deter a expansão em curso de favelas ou mesmo para a multiplicação robusta das estruturas do SUS, com 10 vezes mais médicos e laboratórios, maneira efetiva de redução das sofridas filas" argumentou.

Nacionalistas e comunistas

Indagado pelos participantes sobre como a filmografia sobre a Era Vargas deveria contribuir para ultrapassar o antagonismo entre comunismo e nacionalismo, exacerbado após o Levante Armado de 1935 contra o Governo Vargas, comandado pelo líder comunista Luiz Carlos Prestes, Beto Almeida respondeu que este antagonismo não tinha raízes no marxismo, mas no stalinismo, uma corrente distanciada dos princípios marxistas.

Lembrou que Leon Trotsky, um dos líderes da Revolução Soviética, considerava tanto Getúlio Vargas como Lázaro Cárdenas, presidente mexicano, como "bonapartistas sui generis com potencial revolucionário, visto que defenderam políticas que fazem parte do programa histórico da classe operária mundial, e que deveriam ser apoiados pelos revolucionários".

Beto Almeida lembrou que o filme, por tratar-se de documentário histórico, registra que Vargas convidou Prestes a ser um dos líderes militares da Revolução de 1930, encarregando-o da decisiva tarefa de comprar armas para o contingente revolucionário, tarefa inicialmente aceita, mas posteriormente abandonada pelo jovem capitão, por ter sido dissuadido de apoiar a Revolução, após ser contactado, em Buenos Aires, por dois agentes do Cominter, com sede em Moscou.

O documentário também registra que na crise de agosto de 1954, rotulada pela direita como Mar de Lama, cujo desfecho foi o Martírio de Vargas, o PCB também pediu a renúncia do presidente da República, somando-se à campanha conservadora, um equívoco histórico que Luiz Carlos Prestes veio a reconhecer em 1959, fazendo uma pálida autocrítica.

Justiça seja feita, o presidente Lula, que também iniciou sua carreira de sindicalista condenando Vargas, já reconheceu seu equívoco, revisou suas críticas à CLT e hoje defende o Legado de Vargas, afirmando que aquele fora o grande estadista brasileiro, o que "tirou o trabalhador da escravidão", segundo suas próprias palavras.

Felizmente, todos estes gestos, tanto de Prestes e como de Lula, contribuem vigorosamente para a superação do antagonismo nacionalistas e comunistas, muito embora com uma lentidão que caracteriza a História, cobrando preço amargo na difícil tarefa de unidade das forças progressistas, ressalta Almeida.

Entre os participantes do debate com o documentarista mineiro, estavam vários professores universitários, jornalistas, intelectuais, sindicalistas e membros da juventude trabalhista, que se dispuseram a organizar novas exibições do filme em universidades e sindicatos, seguidas de debate, por considerarem que a Era Vargas, pela sua natureza de desenvolvimento com justiça social, é o período que mais sofreu manipulações dos veículos de comunicação vinculados a grandes empresários inimigos da regulamentação dos direitos trabalhistas e do papel das empresas estatais, expandido nos governos do presidente Vargas.

Brasil: Um Dia sem Internet

Estudos mostram que, no Brasil, as pessoas costumam passar em torno de 116 horas, por semana, conectadas à internet, o que significa a média de 52 anos, 9 meses e 16 dias vividos de forma online. De acordo com estimativas, o Brasil seria o segundo país no mundo em tempo médio de uso de redes sociais.

Sair da rotina da internet e das redes sociais de todo o mundo, incentivando, por outro lado, o tempo offline com qualidade, é o objetivo do primeiro Dia do Reset (Reset Day), que será lançado nesta quarta-feira, no Brasil, pela Outward Bound Brasil (OBB), organização educacional internacional voltada ao desenvolvimento humano por meio de experiências ao ar livre.

O dia será marcado pelo lançamento de um filme manifesto e a abertura de inscrições para a ação, que acontecerá no dia 26 de setembro próximo, em todo o país. A iniciativa é gratuita e baseada na escolha do que cada pessoa fará com a sua pausa das redes.

A intenção é engajar 200 mil brasileiros simultaneamente e registrar entre 250 mil a 700 mil horas desconectadas de redes e dispositivos por 24 horas. O conceito é Um dia. Redes Sociais fora do ar.

O Dia do Reset foi criado pela Outward Bound nos Estados Unidos, em 2025, com o nome The Reset. A iniciativa convida jovens, famílias, escolas, empresas e comunidades a realizarem uma pausa voluntária das redes e dedicarem esse período à natureza, à convivência, às relações presenciais e à reconexão consigo mesmos. Na edição inaugural nos Estados Unidos foram reunidos 51 mil participantes, resultando em 328 mil horas de desconexão digital.

Fundada em 1941, em Aberdyfi, no Reino Unido, a Outward Bound é pioneira na aprendizagem experiencial ao ar livre. A organização está presente em seis continentes, onde realiza experiências voltadas ao desenvolvimento humano. No Brasil, a OB está desde o ano 2000.

A organização utiliza a natureza como parte central de sua metodologia, desenvolvendo programas para crianças, adolescentes, adultos, famílias, escolas, organizações sociais e empresas.

O conselheiro da OBB Eduardo Becker chama a atenção para os números que o Brasil apresenta.

"O Brasil figura sempre entre os primeiros lugares no tempo de uso de redes sociais, com 54% dos jovens tendo algum quadro de ansiedade ou pânico; 80% não fazem o mínimo de atividade física recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)", alerta o conselheiro.

Becker avalia que o que se observa é uma pandemia silenciosa. E ressalta, no entanto, que o Dia do Reset não é contra a tecnologia.

"Todos nós usamos a tecnologia. O evento só quer jogar luz sobre a questão do equilíbrio. É quando a gente usa a tecnologia de forma intencional ou quando ela está usando a gente. O que nós queremos é que as pessoas entendam que a tecnologia tem seu papel, mas que estar presente nos lugares, entender que a vida real é mais importante é uma questão de saúde", disse Becker à Agência Brasil.

Ines249

TECNOLOGIA

Gabriel Almeida Gomes
growscale.com.br
Bacharel em Sistemas de Informação e pós-graduando em Análise, Gerenciamento e Inteligência de Negócio, é fundador da growtech ™ – Tecnologia da Informação.

Quem está pagando a conta bilionária da IA?

Nos primeiros anos da corrida pela inteligência artificial, a atenção esteve concentrada nos modelos capazes de escrever textos, produzir imagens, desenvolver códigos e responder perguntas. A próxima etapa está sendo medida em outra unidade: bilhões de dólares. Para que esses sistemas cresçam e atendam milhões de usuários, é necessário construir data centers, comprar chips, contratar energia, instalar redes e financiar estruturas que podem levar anos para produzir retorno.

A escala já transforma algumas das empresas mais lucrativas do mundo em grandes consumidoras de capital. Alphabet, Microsoft, Meta e Amazon anunciaram planos de investimento que, somados, alcançam centenas de bilhões de dólares. Parte relevante desse dinheiro será destinada à infraestrutura de inteligência artificial, pressionando fluxo de caixa e aumentando a busca por novas fontes de financiamento.

A mudança mais importante é que essa conta deixou de depender apenas do caixa das big techs. A emissão de dívida ligada aos grandes provedores de infraestrutura de IA cresceu fortemente em 2026, enquanto fundos de infraestrutura, bancos, seguradoras e investidores institucionais passaram a financiar data centers e capacidade computacional.

Esse movimento amplia o alcance financeiro da inteligência artificial. Quando uma empresa constrói um data center com recursos próprios, uma eventual frustração de demanda afeta principalmente seus acionistas. Quando a mesma infraestrutura envolve títulos, empréstimos, private credit e fundos especializados, parte do risco também passa aos credores e investidores.

Wall Street já participa diretamente dessa expansão. Gestoras como BlackRock, Blackstone e Apollo aparecem em estruturas de financiamento relacionadas a data centers, chips e capacidade computacional. A Nvidia também passou a ocupar várias posições nesse ecossistema: fornece os chips, investe em empresas que precisam de capacidade e participa de estruturas destinadas a viabilizar novas instalações.

É nesse ponto que surge a discussão sobre financiamento circular. O conceito não significa necessariamente irregularidade. Fornecedores de diversos setores ajudam clientes a financiar compras há décadas. A preocupação aparece quando parte da demanda observada pelo fornecedor depende de capital que ele próprio ajuda a colocar no sistema. A receita pode ser real, mas o risco econômico pode apenas ter mudado de lugar.

Isso não significa que a inteligência artificial não esteja gerando retorno. Microsoft, Amazon e Alphabet já relatam crescimento importante em negócios relacionados à IA e à nuvem. O problema é que a velocidade dos investimentos também cresceu. Empresas sacrificam parte do fluxo de caixa atual em troca da expectativa de receitas futuras maiores.

Ainda é cedo para chamar esse movimento de bolha. Grandes ciclos de infraestrutura, como ferrovias, telecomunicações, fibra óptica e computação em nuvem, exigiram investimentos elevados antes de atingir maturidade. Mesmo quando houve excesso, parte da infraestrutura construída permaneceu valiosa para a economia.

A questão central não é apenas se a inteligência artificial continuará crescendo, mas se crescerá rápido o suficiente para justificar dívidas, contratos de energia, equipamentos e data centers construídos hoje. Se isso acontecer, investidores poderão participar de uma enorme expansão de infraestrutura tecnológica. Se não acontecer, a conta não ficará apenas com as empresas de tecnologia.

A corrida pela inteligência artificial entrou em uma fase em que algoritmos dividem espaço com títulos, garantias e contratos de longo prazo. A pergunta mais importante talvez já não seja quem terá o modelo mais poderoso, mas quem continuará disposto a financiar essa expansão — e quem ficará com a conta se as receitas futuras não acompanharem os bilhões investidos agora.

Anvisa aprova segundo genérico de semaglutida em caneta injetável

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do segundo medicamento genérico de semaglutida sintética no Brasil, produzido pela Germed Farmacêutica. O registro que autoriza a comercialização da versão genérica foi publicado no *Diário Oficial da União* desta segunda-feira.

A semaglutida é indicada para o tratamento de diabetes mellitus tipo 2, pois ajuda a controlar os níveis elevados de glicose no sangue. Médicos também receitam a substância para o controle da obesidade. A substância é aplicada por meio de uma caneta com agulhas e ficou popular como princípio ativo dos produtos Ozempic e Wegovy, da fabricante Nordisk.

No último dia 17, a Anvisa aprovou a primeira versão genérica da semaglutida, esta produzida pelo laboratório farmacêutico brasileiro EMS.

A Anvisa alerta que a comercialização do novo produto está sujeita à prescrição de receita médica em duas vias. Uma delas ficará retida na farmácia, enquanto a outra via carimbada permanecerá com o paciente.

A caneta com o medicamento genérico não possui nome comercial de apresentação, sendo identificada na embalagem apenas pelo nome da substância ativa (semaglutida). Conforme determinado na legislação brasileira, na embalagem padronizada de um produto genérico é obrigatória a impressão da faixa amarela com a letra "G" em destaque e a inscrição "Medicamento Genérico".

A solução semaglutida deve ser armazenada em temperaturas de 2 graus Celsius (°C) a 8 °C, em geladeira, antes e depois de iniciado o tratamento.

Dosagens

A seguir, as opções aprovadas pela Anvisa para apresentação e dosagem do novo medicamento genérico de semaglutida: apresentação de 1,5 mililitro (ml): caixa com dosagens iniciais ou ciclos menores, contendo uma caneta aplicadora preenchida e seis agulhas; apresentação de 3 ml: opção com o dobro do volume (com duas canetas aplicadoras com 1,5 ml cada) para tratamentos continuados, acompanhada de dez agulhas; apresentação de 3 ml: embalagem com uma única caneta de maior capacidade (contendo 3 ml do produto) para quatro aplicações; apresentação de 6 ml: caixa de maior volume total (com duas canetas aplicadoras de 3 ml cada), totalizando 6 ml de solução com total de oito agulhas.

Importação de vinhos cresce e atinge US$ 272,9 milhões

Nos primeiros seis meses de 2026, o Brasil importou mais de US$ 272,9 milhões em vinhos de vários países, contra US$ 241,9 milhões no mesmo período do ano anterior, com alta de 12,77%. A Itália responde por pouco mais de US$ 23 milhões, o que representa 8,43% das importações, ocupando o quinto lugar em valor entre os maiores fornecedores da bebida.

Outro destaque foi a alta de 6,77% nas importações brasileiras de espumantes entre janeiro e junho de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado. As compras passaram de US$ 18,8 milhões em 2025 para US$ 20,1 milhões este ano. A Itália tem participação de 8,14% do total.

O Rio de Janeiro responde por 7% a 10% das importações diretas da Itália, de acordo com fontes do mercado (Comex/MDIC, Nomisma Wine Monitor e consultorias especializadas), mas uma parcela do vinho consumidor no Estado entra pelo Espírito Santo ou é oriunda dos centros de distribuição de São Paulo.

De olho na expansão desse mercado para os vinhos italianos, a ICE – Agência para a Promoção no Exterior e a Internacionalização das Empresas Italianas no Brasil | Departamento para a Promoção de Intercâmbios da Embaixada da Itália realiza a 5ª edição do Road Show I Love Italian Wines, principal evento voltado para o trade especializado na promoção dessa bebida. O evento será aberto em Brasília no dia 11/9, e prossegue no dia 14 de setembro, no Rio de Janeiro, depois São Paulo, no dia 16 de setembro, e se encerra em 18 de setembro em Curitiba.

Energia solar: estudo revela taxas de interesse por idade e gênero no Brasil

Um estudo realizado pela Aldo Solar, maior distribuidora de energia solar do Brasil, analisou o interesse no Google, Google Notícias e Google Shopping pelos termos painel solar, inversor solar, bateria solar, carregador veicular e placa solar entre julho de 2025 e junho de 2026. O levantamento considera apenas dados do Google Brasil e, portanto, não representa necessariamente intenção de compra ou outros comportamentos relacionados ao consumo.

Perfil dos consumidores de energia solar no Brasil: a faixa etária de 35 a 44 anos é predominante no interesse tanto por equipamentos básicos de geração quanto pelos componentes responsáveis pelo funcionamento dos sistemas fotovoltaicos. A faixa representa 40,8% do interesse por placa solar, 37,5% por painel solar e chega a 46,3% nas buscas por inversor solar, a maior participação registrada entre as categorias.

Esse perfil pode estar relacionado a uma fase de maior estabilidade profissional e financeira, na qual investimentos de médio e longo prazo em infraestrutura, eficiência energética e sustentabilidade ganham espaço. Essa faixa combina consolidação profissional com responsabilidades familiares, características que podem influenciar decisões de investimento.

Para o mercado, essa predominância sinaliza a importância de estratégias comerciais voltadas a um público economicamente ativo e potencialmente interessado em projetos para residências e estabelecimentos comerciais.

Na análise por gênero, os homens apresentaram participação ligeiramente superior nas pesquisas pelos equipamentos de geração. Eles representam 52,4% do interesse por placa solar e 52,9% por painel solar. A diferença aumenta no caso dos inversores solares, com 54,9% das buscas, contra 45,1% entre as mulheres.

No caso de distribuidores e fornecedores, esse cenário pode orientar a composição do portfólio, a oferta de soluções complementares e a criação de materiais técnicos alinhados às diferentes etapas de um projeto.

Mobilidade

Embora a faixa de 35 a 44 anos continue liderando as pesquisas, com 42,9% do interesse por carregador veicular e 41,5% por bateria solar, a distribuição por gênero se inverte em uma das categorias.

As mulheres representam 55,9% das buscas por carregadores veiculares, enquanto os homens correspondem a 44,1%. O resultado destaca a participação feminina no interesse por soluções relacionadas à mobilidade elétrica e pode indicar uma oportunidade para empresas ampliarem a comunicação sobre eletromobilidade.

Já nas pesquisas por baterias solares, os homens concentram 56,5% do interesse, ante 43,5% das mulheres. O dado acompanha o dos inversores, componentes diretamente associados ao funcionamento e à gestão dos sistemas fotovoltaicos.

A distinção pode ser considerada na definição de portfólios, na apresentação das soluções e no desenvolvimento de ofertas específicas para cada categoria de produto.

A energia solar residencial é gerada por meio de placas fotovoltaicas, que captam a radiação solar e a transformam em eletricidade. A tecnologia pode reduzir a dependência da rede elétrica convencional, diminuir os gastos com energia e ampliar a autonomia da propriedade.

Ines249

BDI Realty Empreendimento Imobiliário 03 Ltda.
CNPJ/ME 23.805.516/0001-09 - NIRE 33.2.1055594-4
Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 24/08/2026
Em 24/08/2026, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas, presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Fabio Paes Bailune, Presidente; e Sr. Victor Luiz Mazutti Levy, Secretário. **Deliberações: (i)** Aprovar o cancelamento de 500.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, diminuindo parcialmente, com isso, o patrimônio líquido da Sociedade no importe total de R$ 500.000,00, sendo R$ 450.000,00 pela sócia Furious Sea, LLC e R$ 50.000,00 pela Sócia Morro Azul Construções e Comércio Ltda. **(ii)** aprovar a redução do capital social da Sociedade que passa de R$ 10.115.000,00 para R$ 9.615.000,00, correspondente a 9.615.000 quotas, no valor de R$ 1,00 cada quota. **(iii)** Aprovar a alteração: *"**Cláusula 5ª:** O capital social subscrito é R$ 9.615.000,00, dividido em 9.615.000 quotas, no valor de R$ 1,00, devidamente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios: Sócios / Quotas / Valor (R$): Furious Sea, LLC / 8.653.500 / R$ 8.653.500,00; Morro Azul Construções e Comércio Ltda. / 961.500 / R$ 961.500,00; Total / 9.615.000 / R$ 9.615.000,00."* **(iv)** Aprovar a consolidação do Contrato Social. Nada mais. RJ, 24/08/2026.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0001-59
Aviso de Leilão: APLBP37-26. Data: 22 de Setembro de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA. **Objeto:** leilão de Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAÍ, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**
Aviso de Leilão: APLBP-RESTADM-03-26. Data: 24 de Setembro de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Alexandre Pereira da Costa, matrícula 71 da JUCERJA. **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAÍ, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**

ROYALCOOP - COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL PARA TURISMO NO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ nº 32.133.795/0001-00 / NIRE nº 3340000339-0
ERRATA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ROYALCOOP - COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL PARA TURISMO NO RIO DE JANEIRO LTDA, através de seu Diretor Presidente, vem, retificar o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária publicado em 07 de agosto de 2026, no Jornal Monitor Mercantil, para dele fazer a alteração abaixo:
Onde se Lê: "... O Diretor Presidente no uso de suas atribuições estatutárias e legais convoca os 55 cooperados da ROYALCOOP - COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL PARA TURISMO NO RIO DE JANEIRO LTDA, na forma do disposto no art. 44 da Lei nº 5764/71, a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária..."
Leia-se: "... O Diretor Presidente no uso de suas atribuições estatutárias e legais convoca os 55 cooperados da ROYALCOOP - COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL PARA TURISMO NO RIO DE JANEIRO LTDA, na forma do disposto no art. 45 da Lei nº 5764/71, a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária..."
Onde se lê: "...com 1ª Convocação às 16h com presença de 2/3 de cooperados, com 2ª Convocação às 16h30min com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 17h com presença mínima de 10 (dez) cooperados..."
Leia-se: "...com 1ª Convocação às 15:00h com presença de 2/3 de cooperados, com 2ª Convocação às 16:00h com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 17:00h com presença mínima de 10 (dez) cooperados..."
Alexandre Augusto Martins Simões - Diretor Presidente

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL REGIONAL DE ALCÂNTARA
EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação de Despejo proposta pelo ESPÓLIO DE MARIA FLORINDA DE DEUS LARANJEIRAS em face de RONALDO DE CARVALHO GARCIA e JULIO CESAR ALVES PIMENTA (Processo nº 0009822-97.2007.8.19.0087): O Dr. JOSE MAURICIO HELAYEL ISMAEL, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a RONALDO DE CARVALHO GARCIA e JULIO CESAR ALVES PIMENTA, de que no dia **08/09/2026,** às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação de **R$ 286.205,54;** ou no dia **10/09/2026,** no mesmo horário e local, a quem mais der a partir de 60% do valor da avaliação, o imóvel situado na **Rua Cristóvão Rosa de Almeida, nº 191, Porto Novo, São Gonçalo /RJ**. Cf. o 2º Of. de Justiça de São Gonçalo, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 22.306 e registrado em nome de Júlio Cesar Alves Pimenta, constando, no R-04, penhora oriunda do presente feito. Débitos de IPTU: R$ 3.183,64, mais acréscimos legais (Inscrição: 21472000). Débitos de Taxa de Incêndios: R$ 744,91 (Nº CBMERJ: 4026556-3). A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas no preço, na forma do o § 1º, do artigo 908, do CPC e o parágrafo único do artigo 130 do CTN. Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Caso ocorra a remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor caberá o pagamento de comissão no equivalente de 0,5% a 2,5% do valor da avaliação por quem der causa. Arrematação, adjudicação ou remição: à vista, ou no prazo de, até, 15 dias, mediante sinal de 30%; mais 5% de comissão ao leiloeiro; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 05/08/2026.

RESUMO DO EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO (ART. 887, § 3º, DO CPC)
21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ
Avenida Erasmo Braga, 115, salas 373/375/377-D, CEP: 20020-903, Centro/RJ
PROCESSO Nº 0298767-04.2011.8.19.0001
EXEQUENTE: **MARIA GRACINDA NUNES DA SILVA – CPF 361.361.157-00**
EXECUTADO: **JAPI INFORMATICA LTDA - CNPJ 68.969.591/00001-43 E JOAQUIM ANTONIO PEREIRA – CPF 583.611.628-87**.
Advogados constituídos nos autos: Dra. Anna Paula Franco – OAB/RJ 086.662).
Encerramento 1º Leilão: 10/09/2026 - 14h30min – Lance Mínimo: Valor da Avaliação
Encerramento 2º Leilão: 17/09/2026 - 14h30min - Lance Mínimo: 50% do Valor de Avaliação
BEM: IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA DOS BANDEIRANTES, Nº 4487, INDIANÁPOLIS - 24º SUBDISTRITO - SÃO PAULO/SP, MATRÍCULA N° 54.141, DO LIVRO Nº 2, DO 14º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO. AVALIAÇÃO: R$ 457.275,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais). Dispensa-se descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **ÔNUS E/OU GRAVAMES:** Consultar a integra do EDITAL publicado no site do Leiloeiro Oficial (www.BRAMELEILOES.com.br), conforme Art. 887, § 2º, CPC. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão eletrônico (online). Leandro Dias Brame - Leiloeiro Oficial - JUCERJA 130 - Travessa do Paço, n° 23, Gr. 1212, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-170, telefone (21) 2533-2400 / endereço eletrônico: contato@brameleiloes.com.br

Reestruturação de dívidas

Por Jorge Priori

Divulgação Galeazzi

Ronei Machado

Conversamos sobre reestruturação de dívidas com Ronei Machado, sócio da Galeazzi.

Quando uma dívida precisa ser reestruturada?

Essa é uma pergunta que muitos empresários levam muito tempo para responder, sendo que um dos principais problemas relacionados à gestão de crise está justamente na demora na tomada de decisão. Isso porque o tipo de reestruturação depende do tempo de resposta, de enfrentamento do problema. Dependendo desse tempo, você pode ter desde uma reestruturação mais simples, o que chamamos de arrumação de casa, até uma recuperação judicial, como se tem visto bastante ultimamente.

Quando nós fazemos uma reestruturação de dívida, nós olhamos mais para o caixa do que para o Ebitda da empresa, pois por mais que o Ebitda seja importantíssimo, o caixa é a vida real da empresa. Sendo assim, um dos primeiros sinais de que uma empresa precisa fazer uma reestruturação é quando o seu caixa começa a ser enfraquecido por problemas como a performance de venda ou por custos inadequados, o que faz com que a geração de caixa não seja suficiente para cobrir as suas principais despesas ou para lhe dar margem para a realização de grandes investimentos, administrar sazonalidades ou lançar produtos e serviços.

Um ponto importante é que se uma empresa possui orçamentos mensais e faz fechamentos mensais, dificilmente ela vai passar por problemas financeiros que levam a uma reestruturação, já que a sua administração está muito próxima dos fatores de risco da companhia. Independente disso, se o caixa começar a ficar arrochado, e a empresa precisar buscar capital fora, ela precisa primeiro olhar para dentro de casa, para os seus produtos, margens e custos fixos, pois é daí que começa o trabalho de adequação da companhia.

Ou seja, uma reestruturação de dívida não começa, necessariamente, pela dívida, correto?

Exato. É como se fosse um cartão de crédito. Um banco não pode dar um cartão com limite para uma pessoa que não tem condições de pagar a fatura na data de vencimento, mesmo que seja o mínimo.

Voltando para o universo das empresas, não adianta fazer uma readequação de dívida quando não se sabe se o seu resultado será suficiente para essa readequação. Por exemplo, uma empresa que fez uma readequação e alongou uma dívida, onde a sua prestação passou de R$ 100 mil para R$ 50 mil, pode conseguir um fôlego substancial, mas esse valor ainda pode ser muito para o seu caixa.

Para que uma empresa possa fazer uma proposta aos seus credores, ela precisa olhar para todas as suas variáveis de geração de caixa e de riqueza para ter condições de assumir um compromisso e não falhar com os pagamentos no decorrer do tempo, ganhando, inclusive, uma margem de segurança para administrar condições adversas. Isso porque uma reestruturação de dívida passa pelo alongamento da dívida.

A Galeazzi trabalha com a sobreposição de gestão, com um time cuidando da qualidade da performance, justamente para que uma a empresa que gera R$ 1 mil passe a gerar R$ 2 mil com o mesmo time, produtos e linhas de produção, e outro cuidando do ataque, que vai ganhar tempo através da suspensão da dívida, por meio de uma carência ou moratória, e da negociação de qualquer constrição da operação, como uma transportadora que vai começar a reter mercadorias na estrada por falta de pagamento.

Para se reestruturar uma dívida, é melhor recorrer ao mercado de capitais interno ou externo?

O melhor é recorrer ao mercado mais barato e mais alongado. Geralmente, a competitividade das linhas de crédito do mercado externo são mais atraentes, pois o custo financeiro é muito mais baixo, mas o ponto é que esse tipo de captação exige um nível de sofisticação que a maioria das empresas não possui.

Com relação ao mercado interno, as operações de prateleira mais baratas estão atreladas às garantias reais ou aos ativos da própria operação, como recebíveis de cartão de crédito.

O alongamento da dívida e as garantias são mais importantes que as próprias ferramentas utilizadas na operação?

Exato. Isso porque o custo da dívida está atrelado ao risco da empresa. Se a empresa não tem um rating positivo por conta da sua operação, ela precisa acrescentar garantias reais ou operacionais, como recebíveis e estoques, para que a instituição lhe dê melhores condições de alongamento e de spread.

Entre as ferramentas de longo prazo, nós temos as CCBs (Cédulas de Crédito Bancário), que são emitidas por bancos, e as notas comerciais, que são emitidas por FIDCs (Fundos de Direito Creditório) e que possuem a vantagem de não ter a incidência de IOF.

Como pequenas e médias empresas devem tratar uma dívida que precisa ser reestruturada?

Tudo começa pelo enfrentamento do problema, que consiste na criação de uma solução efetiva para a situação material da empresa. Isso porque, como disse, a grande maioria dos problemas está dentro das empresas, e não fora. Cabe ressaltar que, como cerca de 85% das pequenas e médias empresas são familiares, isso faz com que elas, muitas vezes, se deparem com decisões calcadas na emoção, como a impossibilidade de demissão de um parente.

Nós já cuidamos de processos de reestruturação em que a empresa fez uma captação substancial para investir em uma nova planta, sendo que a planta mais antiga estava utilizando apenas 50% da sua capacidade. Ou seja, como a decisão foi baseada em ego, a empresa se alavancou sem utilizar o recurso que tinha dentro de casa.

Para que a empresa possa ter condições de se sentar a mesa, ela precisa sair da zona de conforto, negociar com os fornecedores, pedir desconto e suspender os pagamentos dos bancos.

Isso porque os credores, principalmente os bancos, somente vão sentar para negociar quando eles virem, claramente, uma evidência de default ou que a empresa está enfrentando os seus problemas com medidas reais de gestão.

Considerando a nossa conversa, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Na maioria das vezes, os credores, que também são empresas, estão mais preocupados em ter notícias do que efetivamente receber. Não podemos nos esquecer que a pior notícia não é a notícia ruim, mas a notícia que não chega. Se a empresa entregar a notícia correta, ela terá o apoio dos seus credores.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Ines249

CVM: pronta para receber novos CNPJs gerados pela Receita

É o primeiro cadastro alfanumérico do país

A Receita Federal anunciou a geração do primeiro CNPJ alfanumérico do Brasil, conforme cronograma de implantação do novo modelo de identificação cadastral. O projeto teve início em abril de 2025 e foi entregue em junho de 2026, com dois meses de antecedência. O trabalho foi liderado pela Gerência de Sistemas (GSI), e que também mobilizou outras áreas da Superintendente de Tecnologia da Informação (STI) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O objetivo é adaptar todo o parque de sistemas da autarquia para receber, armazenar, validar e processar códigos alfanuméricos.

O CNPJ alfanumérico ainda está em período de adaptação. Os novos CNPJs, emitidos a partir de 31/7/2026, ainda poderão ser expedidos apenas com caracteres numéricos, uma vez que o limite de possibilidades do sistema para estes caracteres ainda não foi esgotado. Os CNPJs alfanuméricos serão emitidos gradualmente durante o ano de 2026.

"Há um ano e meio, a Receita Federal anunciou que os CNPJs no Brasil passariam a ser alfanuméricos. A CVM, então, estruturou um projeto gigantesco, que mobilizou muita gente, em especial a GSI, além de outras gerências da STI. Foram mais de 60 sistemas adaptados, todas as bases de dados", conta Valerio Lopes, Gerente da Gerência de Sistemas (GSI) da CVM.

Segundo ele, a cartilha foi seguida à risca: projeto, execução, testes e homologação dos sistemas em vários cenários. "Apesar de toda a complexidade, conseguimos entregar o projeto dois meses antes do prazo final. Hoje, estamos 100% preparados para receber os CNPJs alfanuméricos".

De acordo com a Receita Federal, o novo CNPJ alfanumérico assegura a continuidade e a sustentabilidade do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no longo prazo, ampliando a capacidade de geração de novas inscrições e preparando o cadastro para atender às demandas decorrentes da expansão da atividade econômica e das mudanças promovidas pela Reforma Tributária do Consumo.

A CVM, como outros órgãos públicos, empresas, instituições financeiras, desenvolvedores de software e demais organizações que utilizam o CNPJ em seus processos, foi notificada pelo Governo no início de 2025 para se preparar e promover as adaptações necessárias. Como, por exemplo, nos cadastros de clientes, fornecedores e parceiros; sistemas de emissão e recepção de documentos fiscais; ERPs, softwares contábeis e soluções de faturamento; aplicações de controle de acesso e cadastro; integrações entre sistemas e bases de dados; e regras de validação que atualmente aceitam apenas caracteres numéricos.

Empresas brasileiras na feira em Xangai

De 1º a 3 de setembro se realizará, em Xangai, a maior feira de componentes para calçados do mundo, a All China Leather Exhibition (ACLE), reunindo mais de mil expositores de 25 países, sendo cinco do Brasil: Cipatex, Corium, Ecovita, Seta e Tanac.

A participação das empresas brasileiras é uma iniciativa da Associação Brasileira das Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal), por meio do Brazilian Materials, programa de internacionalização do setor mantido pela entidade em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

A ApexBrasil também atua de forma coordenada com atores públicos e privados para atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) para o Brasil com foco em setores estratégicos para o desenvolvimento da competitividade das empresas brasileiras e do país. A gestora de Marketing da Assintecal, Aline Santos, destaca que a participação na feira sempre desperta expectativas positivas para as empresas brasileiras.

"A China é, disparadamente, a maior produtora de calçados do mundo, respondendo por cerca de 6 de cada 10 pares produzidos. Estar nesse ambiente, que além de grandes players chineses, recebe compradores de outros países da Ásia, Oriente Médio, Europa e até mesmo da América Latina, é fundamental", comenta a gestora, ressaltando que a participação brasileira se torna ainda mais relevante em função do atual cenário mundial, no qual as exportações brasileiras perdem força em mercados mais tradicionais, como Estados Unidos e Argentina.

Os fabricantes brasileiros que integram o setor de componentes interessados em ampliar suas relações comerciais com o mercado externo têm a oportunidade de participar, assim como outras 300 empresas, do projeto Brazilian Materials, realizado pela Assintecal, ApexBrasil e Abrameq, que pretende promover um bom desempenho das exportações e, consequentemente, do setor.

De acordo com a Assintecal, o projeto possui soluções adequadas para cada nível de internacionalização, mantendo ao alcance das empresas ações de promoção comercial, inteligência, capacitação, entre outros.

A ApexBrasil tenha a função de promover produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira. Para alcançar os objetivos, a agência afirma realizar ações diversificadas de promoção comercial que visam promover as exportações e valorizar os produtos e serviços brasileiros no exterior, como missões prospectivas e comerciais, rodadas de negócios, apoio à participação de empresas brasileiras em grandes feiras internacionais, visitas de compradores estrangeiros e formadores de opinião para conhecer a estrutura produtiva brasileira, entre outras plataformas de negócios que também têm por objetivo fortalecer a marca Brasil.

Caixa divulga resultados do 2º tri nesta quarta-feira

A Caixa Econômica Federal divulga nesta quarta-feira , após o fechamento do mercado, os resultados do segundo trimestre de 2026 (2T26). A expectativa do mercado é morna sobre os números do trimestre, em função do que já foi divulgado por outras instituições. Os grandes bancos, por exemplo, divulgaram no 2T26 resultados semelhantes em alguns aspectos, como crescimento nos lucros de algumas instituições, mas também aumento da inadimplência e das provisões para devedores.

O braço de seguro da Caixa, a Caixa Seguridade, apresentou bom desempenho no período, ao registrar lucro líquido gerencial de R$ 1,14 bilhão no segundo trimestre de 2026, reportado em 10 de agosto. O resultado representa crescimento de 9,5% em relação ao mesmo período de 2025 e de 11,4% na comparação com o primeiro trimestre de 2026.

Os prêmios emitidos totalizaram R$ 2,49 bilhões no segundo trimestre de 2026, crescimento de 4,6% em relação ao mesmo período de 2025. No acumulado do semestre, o avanço foi de 5,1% na comparação anual.

O lucro líquido apurado no período totalizou R$ 1,16 bilhão, aumento de 12,8% em relação ao segundo trimestre de 2025. O retorno sobre o patrimônio líquido recorrente (ROE), calculado pela relação entre o lucro gerencial acumulado dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido ajustado, alcançou 70,9% ao final de junho de 2026. O indicador apresentou avanço de 1,3 ponto percentual em relação a junho de 2025.

Em 10 de agosto de 2026, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R$ 1,05 bilhão em dividendos, montante equivalente a 92,0% do lucro líquido gerencial do segundo trimestre, apurado conforme o padrão contábil CPC 11 (IFRS 4), com pagamento previsto para 17 de novembro de 2026.

Para recapitular resultados anteriores, a Caixa –que é o maior banco brasileiro em número de clientes, crédito, contas digitais e depósitos em poupança—registrou no primeiro trimestre um lucro líquido recorrente de R$ 3,5 bilhões uma queda de 34,4% em relação ao mesmo período de 2025.

Cooperativas: R$ 1,3 bi de aprovação de crédito no 1º semestre

As aprovações de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as cooperativas de produção do Paraná alcançaram R$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2026. O balanço foi apresentado na manhã desta terça-feira (25), pelo presidente do banco, Aloizio Mercadante, durante encontro com as cooperativas de produção do Paraná.

O encontro foi realizado em Curitiba (PR) na sede do Sistema Ocepar, organização que representa e fomenta o desenvolvimento das cooperativas no estado do Paraná e é formado pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR) e pela Federação e Organização das Cooperativas do Paraná (Fecoopar). Na ocasião, um documento listando demandas do setor foi entregue ao presidente Mercadante.

"A cooperativa é um modelo de produção muito avançado. Porque o cooperativado é sócio e aporta capital. Ele corre riscos, ele acompanha o resultado. O produtor fiscaliza, pois quer ver qual é a sobra (lucro). Neste modelo há inovação, o negócio ganha escala, há aumento de eficiência. Principalmente para os pequenos, muitas vezes a única forma de avançar é através da cooperativa", disse Mercadante.

O presidente do BNDES detalhou algumas operações do banco com cooperativas de produção paranaenses. A primeira foi a aprovação de R$ 500 milhões para a Coamo construir uma planta de etanol na cidade Campo Mourão. Com esse investimento, que corresponde a 30% do investimento total (de 1,66 bilhão), a empresa investe em uma instalação com capacidade para produzir até 280 milhões de litros de etanol/ano e até 186 toneladas de DDG/ano.

A segunda operação está localizada no município de Assis Chateaubriand, onde a Copacol instalará dois silos metálicos para ampliar sua capacidade de armazenagem e secagem de grãos. O projeto contará com o financiamento de R$ 37 milhões do BNDES. O investimento total é de R$ 38,96 milhões.

Já a Cooperativa Central Aurora Alimentos contará com o financiamento de R$ 50 milhões do banco para adquirir uma nova central de refrigeração e construir um túnel de congelamento contínuo. A instalação, que demandará um investimento total de R$ 74,52 milhões, será na cidade de Castro e aumentará a competitividade da empresa, que poderá comercializar produtos com maior valor agregado.

A quarta operação detalhada foi um investimento de R$ 25 milhões para a Cocamar Cooperativa Agroindustrial construir um armazém de farelo de soja no município de Maringá. Com capacidade de armazenagem total de 45 mil toneladas, a instalação terá um investimento total de R$ 51,56 milhões.

Aprovações em 2026 - No primeiro semestre deste ano, as aprovações para todos os setores no Paraná alcançaram R$ 13,2 bilhões, crescimento de 93% ante o mesmo período de 2025 (R$ 6,84 bilhões). Deste total, R$ 8,3 bilhões foram para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), aumento de 130% em relação a 2025 (R$ 3,6 bilhões). As aprovações atenderam todos os setores da economia do estado: infraestrutura (R$ 4,99 bilhões), agropecuária (R$ 4,05 bilhões), indústria (R$ 2,45 bilhões) e comércio e serviços (R$ 1,73 bilhão).

Entre os investimentos aprovados no estado, estão as melhorias na EPR Iguaçu. Serão R$ 9,2 bilhões para melhorias em 662 km das regiões Oeste e Sudoeste do estado (BR-163, BR-277, PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483). Já a EPR Litoral Pioneiro terá R$ 6,3 bilhões de apoio do BNDES. A rodovia que atende cerca de 42 milhões de usuários/ano terá 350 km de duplicação, 139 km de faixas adicionais, 74 km de vias marginais, entre outras melhorias. O projeto deverá gerar, pós-implantação, aproximadamente 550 empregos diretos e 1.000 empregos indiretos.

Sul - Considerando toda a Região Sul, as aprovações alcançaram R$ 36,67 bilhões no 1º semestre de 2026, valor 90,2% superior ao realizado no mesmo período de 2025 (R$ 19,28 bilhões). Os valores aprovados neste semestre atenderam diferentes setores, como infraestrutura (R$ 14,33 bilhões), agropecuária (R$ 12,57 bilhões), indústria (R$ 5,63 bilhões) e comércio e serviços (R$ 4,13 bilhões). Do total das aprovações, R$ 26,79 bilhões foram para micro, pequenas e médias empresas, ante R$ 12,23 bilhões no período anterior, acréscimo de 119%. O volume de desembolso chegou a R$ 24,43 bilhões, ante R$ 19,77 bilhões no mesmo